

Pobreza urbana e a dimensão socioespacial nos processos de redistribuição da população em periferias de Belo Horizonte¹

Ralfo Matos*

Carlos Lobo**

João Stefani**

INTRODUÇÃO

Há uma discussão mais ou menos recorrente na literatura sobre os impactos da migração nos processos de urbanização do Brasil contemporâneo. Algumas teses advogam a idéia de que os fluxos migratórios já foram um importante mecanismo de mobilidade social ascendente, no qual a seletividade dos “mais aptos” acabaria prevalecendo, fazendo, com que as migrações internas impactassem positivamente as áreas receptoras.

Nessa linha de abordagem ficaria subentendido que, a partir de um certo tempo para cá, talvez uns 20 anos, a migração teria deixado de ser um fator de mobilidade ascendente, provavelmente em decorrência do desaparecimento de determinadas oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Este tornou-se cada vez mais excludente e precarizado, incapaz de gerar postos de trabalho que pudessem abrigar estoques expressivos de força de trabalho disponível. Assim, a partir desse tipo de constatação concluiu-se (apressadamente) que a migração teria passado a atuar em sentido inverso ao registrado no passado, isto é, tornou-se um mecanismo difusor de pobreza e exclusão. O exemplo mais eloquente dessa “nova face” das migrações internas seria particularmente verificável no inchamento das periferias metropolitanas nos dois últimos decênios, onde se reconhece não só a existência de pobreza endêmica mas também a emergência de novas formas de pobreza e indigência.

Como grande parte dos imigrantes das periferias são originários da cidade central (core metropolitano), deduziu-se que estas cidades (as Capitais) estavam ampliando suas históricas tendências de exclusão de residentes ao expulsar muito mais famílias para a periferia. Seriam principalmente pessoas que foram se empobrecendo ao longo do tempo, perdendo então a condição de arcar com os custos de moradia que a cidade central impõe.

Se é verdade que boa parte do quadro acima descrito confere com a realidade, restaria, entretanto, qualificar melhor tais evidências, de modo a ultrapassar a dedução apenas intuitiva, emprestando-lhe mais rigor metodológico e, sobretudo, mais geograficidade. Em outras palavras, sem a espacialização sócio-espacial de parte destas questões dificilmente se pode concluir de forma mais consistente sobre fenômenos genéricos tão importantes na atualidade, mas que ainda assim podem se revestir de especificidades mais relevantes que a generalidade supõe.

¹ Esse trabalho é parte de uma pesquisa maior financiada pelo CNPq.

* Professor do Departamento de Geografia do IGC/UFMG, doutor em demografia.

** Professores do UNE/BH, mestres em Geografia, pesquisadores do projeto MUDEBR-CNPq.

Os objetivos desse trabalho consideram tais reflexões e procuram adicionar mais evidência empírica sobre o tema. A partir dos dados do Censo 2000 restritos à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e Colar Metropolitano (CM) far-se-á uso de indicadores recentes sobre pobreza e renda, examinando a situação dos municípios tendo em conta os níveis de pobreza e indigência, para em seguida evoluir em direção à análise dos estoques de população migrante segundo procedência com discriminação de pobres e não-pobres, confrontados com a condição migrante ou não-migrante.

INDICADORES DE POBREZA PARA OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA E DO COLAR

O início da década de 70, como sugere Rocha (2003), marca o reconhecimento acerca das questões relativas às desigualdades sociais e pobreza, dada a situação social e econômica internacional. Nesse contexto, mesmo diante de surtos de prosperidade econômica, persistiam ou proliferavam quadros de pobreza e miséria em todo o mundo. Essa situação, suscitou fortes incursões teóricas e metodológicas sobre o conceito e a definição de pobreza. Inicialmente, as discussões giravam em torno da natureza do fenômeno da pobreza, o que nos remete, por exemplo, às já conhecidas noções de pobreza relativa e absoluta (Rocha, 2003)².

Do ponto de vista metodológico, uma opção operacional ao estabelecimento das conhecidas linhas de pobreza, tendo como base o custo relativo das necessidades individuais, é a utilização da variável renda, aferida a partir de um valor monetário específico. Quando se trata das necessidades nutricionais básicas esse valor indica a chamada linha de indigência, ou de pobreza extrema. Contudo, quando esse valor se refere a um conjunto mais amplo de necessidades, esse parâmetro denomina-se linha de pobreza. No Brasil, as experiências relativas aos estudos de pobreza têm sido bastante diversificadas. Englobam desde as abordagens das chamadas *basic needs*, em que são utilizados indicadores de inadequação às diferentes condições de vida, até aquelas que buscam identificar os determinantes de baixa renda (Rocha, 2003).

Afora as discussões sobre a arbitrariedade ou não dessas linhas de pobreza, bem como as diferenças sócio-culturais de cada grupo populacional, que interferem diretamente na composição das necessidades individuais, atualmente há um conjunto de indicadores já difundidos, que incorporam distintos aspectos para se avaliar os diferentes níveis de privação humana. Para Amartya Sen, a medição da pobreza pode ser vista pela composição de dois exercícios distintos e inter-relacionados: *(1) a identificação dos pobres, e (2) a agregação dos parâmetros estatísticos com respeito aos identificados como pobres para derivar um índice global de pobreza* (Sen, 2001, p.165). Essa agregação deve, portanto, ser composta por indicadores sensíveis não apenas à proporção de pobres, mas à intensidade e à desigualdade de renda entre os ditos pobres.

² De acordo com Romão (1993), o conceito de pobreza absoluta implica o estabelecimento de padrões mínimos de necessidades, abaixo dos quais as pessoas são consideradas pobres. Em geral, esse padrão é avaliado tendo em vista os preços de mercado e a renda necessária a supri-la. A idéia de pobreza relativa enfatiza uma comparação situacional do indivíduo em termos da posição que ele ocupa em uma determinada sociedade. Trata-se de um conceito que se aproxima e envolve aspectos relativos à desigualdade de renda.

O índice proposto por Foster, Greer e Thorbeck (1984), nos permite quantificar e qualificar diferentes níveis de pobreza, o que envolve aspectos relativos à abrangência e intensidade desse fenômeno. O índice de Foster, Gree e Thorbeck, conhecido como FGT, pode ser expresso da seguinte forma:

$$\frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^2$$

onde, z é a linha de pobreza, n é a população total e y a renda dos pobres.

Nessa pesquisa, ao utilizar esse indicador, optou-se por trabalhar com os valores sugeridos por Rocha (2003), que identificam as linhas de pobreza e indigência para 24 áreas do país, a partir de parâmetros de consumo das famílias e os preços ao consumidor, levando em conta as diferenças locais do custo de vida para as populações pobres. Os valores relativos às linhas de indigência e pobreza indicados para Belo Horizonte e região foram, respectivamente, 0,23 e 0,81_salários mínimos per capita/mês, referentes ao ano de 1999 (momento mais próximo ao ano de referência do Censo Demográfico de 2000). A partir desse parâmetro, utilizou-se como base as unidades familiares de cada município, cuja renda per capita foi obtida através do quociente entre o somatório total das rendas e o número de integrantes da família³.

Os resultados obtidos para a população total, expostos na tabela 2, sugerem diferenças expressivas entre os níveis de pobreza das populações na Região Metropolitana e no Colar. Dos 48 municípios integrantes dessas regiões, 11 apresentavam mais da metade das famílias em situação de pobreza. Nesse grupo, os municípios de Nova União, Fortuna de Minas, Funilândia e Esmeraldas são aqueles que apresentam as condições menos favoráveis. Para o caso de Nova União o percentual de famílias pobres atinge a cifra de 58,38%. De outro lado, nos municípios de Itaúna, Belo Horizonte, Itabirito e Nova Lima, menos de 30% das famílias podem ser consideradas pobres.

Em relação ao índice de pobreza FGT⁴, pode-se identificar quatro níveis de pobreza, como representado no mapa 2. Os municípios com piores indicadores são, nessa ordem, Funilândia, Taquaraçu de Minas, Nova União, Baldim, Esmeraldas, Barão de Cocais, Prudente de Moraes, São Joaquim de Bicas e Igarapé, que incorporam parte da periferia mais distante da Capital. Convém observar o fato de que a maior parte dos principais municípios receptores de emigrantes de Belo Horizonte: Ribeirão das Neves, Betim, Santa Luzia, Ibirité e Vespasiano, se enquadra em uma situação pouco favorável (nível 3), estando entre o grupo daqueles que apresentam os piores indicadores de pobreza. Em linhas gerais, os municípios localizados na porção centro-norte da Região Metropolitana

³ Desta forma, para cada município havia um número variado de famílias consideradas como pobres, dentro do conjunto total de famílias. Para efeito de cálculo, a população total refere-se, portanto, ao total de famílias e o número de pobres corresponde ao número de famílias pobres.

⁴ Esse índice compreende valores de 0 a 1, de modo que quanto mais próximo a zero menor o grau de pobreza local.

e Colar Metropolitano de Belo Horizonte apresentam os níveis mais elevados de pobreza. Esse quadro, é distinto na porção sul, onde os indicadores de pobreza são menos expressivos.

TABELA 2

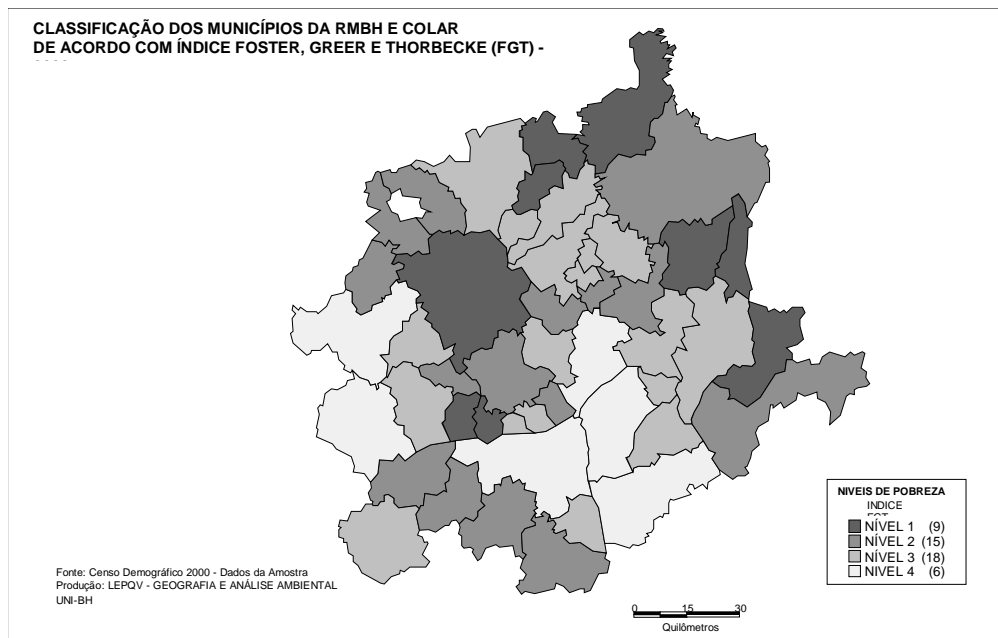
INDICADORES DE POBREZA DE RENDA NAS FAMÍLIAS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E DO COLAR METROPOLITANO - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS	Nº FAMÍLIAS POBRES	% FAMÍLIAS POBRES	INDICE FGT	NÍVEIS DE POBREZA
ITAUNA	22.892	6.355	27,76	0,066	NÍVEL 1
BELO HORIZONTE	676.750	152.571	22,54	0,073	
ITABIRITO	10.549	3.156	29,92	0,080	
NOVA LIMA	18.246	5.453	29,89	0,083	
PARA DE MINAS	20.819	6.698	32,17	0,087	
BRUMADINHO	7.755	2.626	33,86	0,100	
CONTAGEM	154.850	47.295	30,54	0,101	NÍVEL 2
FLORESTAL	1.645	616	37,45	0,105	
SETE LAGOAS	51.695	18.980	36,71	0,106	
MATEUS LEME	6.929	2.631	37,96	0,106	
SAO JOSE DA LAPA	4.119	1.526	37,05	0,106	
PEDRO LEOPOLDO	15.242	5.650	37,07	0,107	
LAGOA SANTA	10.585	3.569	33,72	0,109	
MATOZINHOS	8.539	3.127	36,62	0,110	
SARZEDO	4.612	1.808	39,21	0,111	
RIO ACIMA	2.061	898	43,56	0,114	
CAPIM BRANCO	2.252	960	42,63	0,116	
CAETE	10.196	3.941	38,65	0,118	
SABARA	31.685	12.076	38,11	0,118	
MARIO CAMPOS	2.829	1.279	45,20	0,119	
ITAGUARA	3.386	1.331	39,31	0,122	
RAPOSOS	3.924	1.493	38,06	0,126	
MOEDA	1.285	557	43,33	0,127	NÍVEL 3
CONFINS	1.335	495	37,04	0,127	
INHAUMA	1.453	682	46,95	0,134	
BELO VALE	2.134	1.045	48,99	0,137	
SAO JOSE DA VARGINHA	890	474	53,23	0,137	
SANTA LUZIA	50.706	20.951	41,32	0,138	
ITATIAIUCU	2.393	1.181	49,36	0,142	
BETIM	85.157	36.274	42,60	0,150	
RIO MANSO	1.354	693	51,18	0,151	
RIBEIRAO DAS NEVES	67.836	31.769	46,83	0,153	
FORTUNA DE MINAS	676	380	56,19	0,156	
IBIRITE	35.527	17.012	47,89	0,158	
BONFIM	2.147	1.095	50,99	0,159	
JABOTICATUBAS	3.824	1.936	50,63	0,160	
JUATUBA	4.593	2.151	46,84	0,161	
VESPASIANO	21.063	9.619	45,67	0,161	NÍVEL 4
SANTA BARBARA	6.443	3.225	50,06	0,164	
IGARAPE	6.743	2.977	44,16	0,167	
SAO JOAQUIM DE BICAS	4.992	2.624	52,55	0,168	
PRUDENTE DE MORAIS	2.212	1.055	47,70	0,171	
BARAO DE COCAIS	6.312	2.965	46,97	0,171	
ESMERALDAS	12.926	7.054	54,57	0,171	
BALDIM	2.424	1.184	48,83	0,172	
NOVA UNIAO	1.435	838	58,38	0,181	
TAQUARACU DE MINAS	982	501	51,06	0,192	
FUNILANDIA	947	523	55,30	0,216	

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 2000 - IBGE (MICRODADOS DA AMOSTRA)

PRODUÇÃO: LESTE - LABORATÓRIO DE ESTUDOS TERRITORIAIS - IGC/UFGM / LEPQV - LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA - GEOGRAFIA E ANÁLISE AMBIENTAL DCBAS/UNI-BH

MAPA 2



EFEITOS DA MIGRAÇÃO NA PERIFERIZAÇÃO DA POBREZA

Ao analisar os resultados contidos na tabela 1, que apresentam os valores referentes ao imigrante⁵ de data fixa, no período de 1995/2000, nota-se que a migração intra-estadual representa a maior parte da população imigrante residente na Região Metropolitana e no Colar. Em Belo Horizonte, por exemplo, o fluxo intra-estadual corresponde a 70,82% do número total de imigrantes. Desse contingente, cerca de 15% é representado pelos imigrantes procedentes da própria Região Metropolitana e do Colar. Outra parcela expressiva é proveniente das Meso-regiões Metropolitana e Jequitinhonha, que juntas somam 14,9% dos imigrantes de Belo Horizonte. Em termos inter-estadual, destacam-se aqueles provenientes do Nordeste, que compreendem 7,85% dos imigrantes residentes em Belo Horizonte.

Em relação aos imigrantes residentes nos municípios do Resto da RMBH e no Colar, Belo Horizonte se destaca como o principal foco de emigração. No RRMBH são cerca de 140.957 imigrantes procedentes de Belo Horizonte. Esse número corresponde a 41,59% da imigração total nos municípios do RRMBH. No Colar Metropolitano esse percentual diminui para 19,62%. Nessa sub-região, é marcante a preponderância da migração intra-estadual. Aproximadamente 70% dos imigrantes são provenientes das demais mesoregiões do estado de

⁵ Nesse trabalho entende-se como migrante interno a pessoa, natural ou não-natural, do município onde foi recenseada em 2000 que residia em outro município em 1995.

Minas Gerais. Por seu turno, a imigração inter-estadual apresenta, em geral, valores pouco expressivos, destacando-se, ainda assim, aqueles fluxos oriundos do Nordeste do país.

TABELA 1

IMIGRANTES DE DATA FIXA RESIDENTES NA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE E COLAR, POR PROCEDÊNCIA REGIONAL - 2000

PROCEDÊNCIA REGIONAL		REGIÃO METROPOLITANA E COLAR					
		BH		RRMBH		CM	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
GRANDES REGIÕES	CENTO-OESTE	4.027	2,83	2.679	0,79	381	1,00
	NORDESTE	11.167	7,85	11.895	3,51	1.188	3,12
	NORTE	2.782	1,96	3.349	0,99	239	0,63
	SUL	2.777	1,95	1.098	0,32	253	0,66
SUDESTE	ESPÍRITO SANTO	4.207	2,96	4.759	1,40	351	0,92
	RESTO RJ	1.255	0,88	807	0,24	257	0,67
	RESTO SP	3.781	2,66	3.603	1,06	367	0,96
	RMRJ	4.379	3,08	2.599	0,77	542	1,42
	RMSP	7.142	5,02	7.307	2,16	702	1,84
MINAS GERAIS	CAMPO DAS VERTENTES	1.974	1,39	1.165	0,34	165	0,43
	CENTRAL MINEIRA	4.161	2,92	4.609	1,36	3.729	9,79
	JEQUITINHONHA	10.548	7,41	11.332	3,34	1.224	3,22
	METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	10.651	7,49	12.158	3,59	5.648	14,83
	MG NÃO ESPECIFICADO	4.424	3,11	7.638	2,25	1.150	3,02
	NOROESTE DE MINAS	750	0,53	745	0,22	399	1,05
	NORTE DE MINAS	8.716	6,13	10.191	3,01	1.979	5,20
	OESTE DE MINAS	3.963	2,79	3.030	0,89	1.494	3,92
	RMBH E COLAR	21.701	15,25	72.083	21,27	7.359	19,33
	SUL/SUDOESTE DE MINAS	2.279	1,60	1.230	0,36	232	0,61
	TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA	3.270	2,30	2.879	0,85	683	1,79
	VALE DO MUCURI	5.374	3,78	6.487	1,91	253	0,67
	VALE DO RIO DOCE	14.620	10,28	19.625	5,79	1.284	3,37
	ZONA DA MATA	8.323	5,85	6.695	1,98	725	1,90
	SUBTOTAL INTRA-ESTADUAL (MENOS BH)	100.756	70,82	159.866	47,17	26.325	69,14
	BH	-	-	140.957	41,59	7.469	19,62
TOTAL		142.274	170,82	338.920	147,17	38.073	169,14

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 2000 - IBGE (MICRODADOS DA AMOSTRA)

PRODUÇÃO: LESTE - LABORATÓRIO DE ESTUDOS TERRITORIAIS - IGC/UFMG / LEPQV - LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E

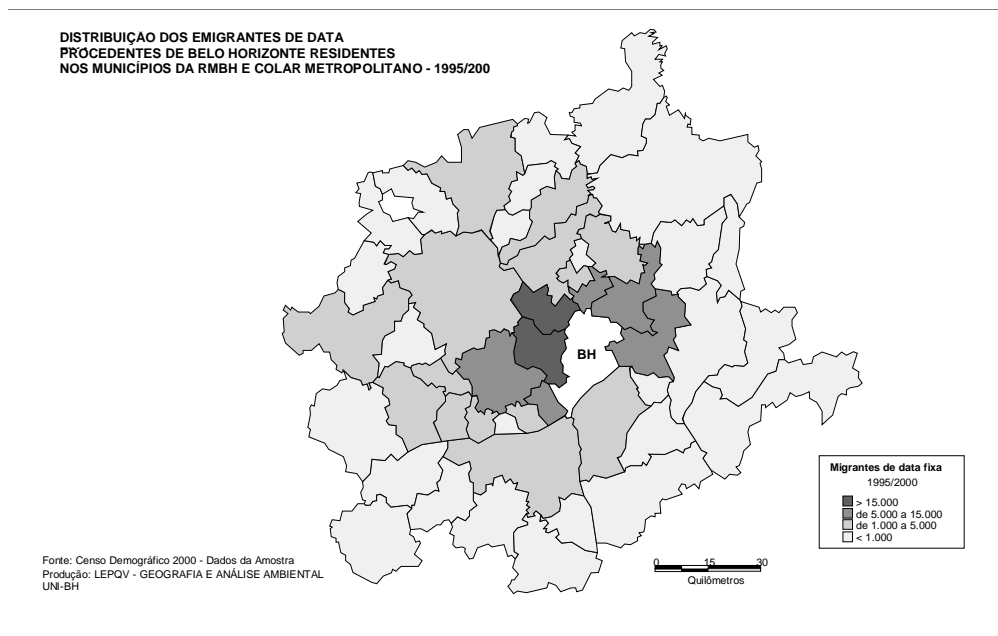
QUALIDADE DE VIDA - GEOGRAFIA E ANÁLISE AMBIENTAL DCBAS/UNI-BH

A partir dessa análise, algumas considerações merecem destaque. Em primeiro lugar, o papel central representado pela capital mineira. Belo Horizonte, além de ser a principal receptora de população, sobretudo em relação aos fluxos provenientes do próprio estado, também se consagra como importante região de origem dos imigrantes residentes nos municípios do entorno próximo: do Colar Metropolitano e da Região Metropolitana⁶. Outro aspecto, refere-se à premissa já bastante difundida da preponderância das trocas populacionais entre áreas geograficamente mais próximas. Os principais fluxos migratórios na Região Metropolitana e Colar referem-se aos movimentos de população entre os próprios municípios da região. Os dados referentes à emigração de Belo Horizonte, ajustam-se a essas afirmações. Os principais municípios receptores de emigrantes da capital mineira são, respectivamente, Contagem e Ribeirão das Neves, que recebem os aportes mais expressivos. Com menor peso, comparecem os municípios de Betim, Santa Luzia, Ibirité e Vespasiano. Esses dois grupos formam uma espécie de anel ao redor de Belo Horizonte, demarcando o que pode ser

⁶ É importante frisar a significância do processo de desconcentração espacial da emigração de Belo Horizonte. De acordo com os dados relativos ao Censo Demográfico de 2000, um número cada vez maior de municípios mineiros vem recebendo emigrantes procedentes de Belo Horizonte, até mesmo aqueles mais distantes da capital. (Matos, 2003)

denominado de “primeira periferia”. À medida que diminui a proximidade com a capital, tende haver uma diminuição desse fluxo (ver mapa 1)⁷. Na verdade, esses números refletem uma tendência iniciada nos anos 50 e 60, que tem se consolidado nas últimas décadas.

MAPA 1



Sobre a controvérsia relacionada ao chamado processo de “periferização excludente”, que poderia estar levando à formação de grandes bolsões de pobreza no entorno das grandes metrópoles, fruto da expulsão de migrantes pobres e miseráveis das áreas centrais, convém observar que há, no entanto, mecanismos ainda não plenamente reconhecidos e compreendidos nesse processo. No caso da RMBH e Colar, há indícios de que um número não desprezível de emigrantes procedentes de Belo Horizonte, que apresenta condição sócio-econômica favorável, vem integrando-se às populações na região periférica, dentro e fora dos já conhecidos condomínios fechados, construídos em áreas rurais ou mesmo urbanas. A análise em sequência focaliza parte dessa questão

RENDA E POBREZA DOS EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE E NÃO-MIGRANTES RESIDENTES NO RMBH E COLAR

As informações referentes aos imigrantes de data fixa (1995/2000) - responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, com idade superior ou igual a 10 anos - indicam semelhanças entre as rendas média e mediana das populações migrante e não-migrante. Além dessa característica, também são marcantes os baixos valores de renda mediana tanto para os emigrados de Belo Horizonte quanto para os não-migrantes, sobretudo para o grupo de municípios periféricos localizados ao norte

⁷ O detalhamento de determinadas informações citadas nesse trabalho, em função dos limites de publicação estabelecidos pela coordenação do evento, não constam no corpo do texto.

de Belo Horizonte (Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano). Nesses casos, a renda mediana dos dois grupos não ultrapassa o valor de 2,32 s.m. (ver tabela 3).

TABELA 3

RENDA MÉDIA E MEDIANA DOS NÃO MIGRANTES E MIGRANTES DE DATA FIXA, RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS, PROCEDENTES DE BELO HORIZONTE, RESIDENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA E DO COLAR - 1995/2000

REGIÃO	MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	NÃO MIGRANTE		EMIGRANTE DE BH		DIFERENÇA DE RENDA	
		Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana
REGIÃO METROPOLITANA	BALDIM	2,25	1,21	3,64	1,99	-1,39	-0,78
	BELO HORIZONTE	8,72	3,67	-	-	-	-
	BETIM	3,46	2,00	3,94	2,65	-0,47	-0,65
	BRUMADINHO	3,32	1,99	16,57	5,89	-13,25	-3,90
	CAETE	4,60	2,00	8,65	3,38	-4,05	-1,38
	CAPIM BRANCO	2,59	1,84	3,24	2,65	-0,66	-0,81
	CONFINS	2,77	2,00	2,75	1,83	0,01	0,17
	CONTAGEM	4,42	2,65	4,96	3,31	-0,54	-0,66
	ESMERALDAS	2,63	1,59	7,31	1,85	-4,68	-0,26
	FLORESTAL	3,17	2,00	5,84	3,18	-2,67	-1,18
	IBIRITE	2,55	1,99	2,59	1,99	-0,04	0,00
	IGARAPE	3,97	1,99	2,62	1,32	1,34	0,67
	ITAGUARA	3,19	1,66	3,44	3,52	-0,26	-1,86
	JABOTICATUBAS	2,95	1,20	8,92	1,66	-5,97	-0,46
	JUATUBA	2,96	1,75	5,52	2,01	-2,56	-0,26
	LAGOA SANTA	4,13	2,12	9,07	4,17	-4,94	-2,05
	MARIO CAMPOS	3,17	1,99	2,59	2,00	0,58	-0,01
	MATEUS LEME	3,56	1,99	2,14	1,48	1,42	0,51
	MATOZINHOS	4,21	2,25	3,96	2,00	0,25	0,25
	NOVA LIMA	4,77	2,52	22,64	13,25	-17,87	-10,73
	NOVA UNIAO	1,76	1,00	4,98	4,00	-3,22	-3,00
	PEDRO LEOPOLDO	4,37	2,28	4,08	1,99	0,29	0,29
	RAPOSOS	3,03	2,12	1,18	1,31	1,84	0,81
	RIBEIRAO DAS NEVES	2,65	1,99	2,78	1,99	-0,13	0,00
	RIO ACIMA	2,96	2,00	5,58	2,78	-2,61	-0,78
	RIO MANZO	1,76	1,20	1,99	1,13	-0,23	0,07
	SABARA	3,54	2,28	3,75	2,32	-0,21	-0,04
	SANTA LUZIA	3,20	2,09	3,44	2,32	-0,24	-0,23
	SAO JOAQUIM DE BICAS	3,06	1,66	3,27	1,99	-0,21	-0,33
	SAO JOSE DA LAPA	3,35	2,32	4,00	2,65	-0,66	-0,33
	SARZEDO	3,13	2,20	4,33	3,31	-1,20	-1,11
	TAQUARACU DE MINAS	1,92	1,13	7,44	1,40	-5,53	-0,27
	VESPASIANO	3,41	1,99	3,50	2,14	-0,09	-0,15
COLAR METROPOLITANO	BARAO DE COCAIS	2,71	1,99	5,84	1,75	-3,13	0,24
	BELO VALE	2,26	1,32	2,88	1,32	-0,62	0,00
	BONFIM	2,01	1,00	6,06	3,31	-4,05	-2,31
	FORTUNA DE MINAS	1,83	1,00	2,65	2,74	-0,82	-1,74
	FUNILANDIA	2,54	1,46	2,59	1,32	-0,05	0,14
	INHAUMA	2,47	1,50	3,45	2,98	-0,98	-1,48
	ITABIRITO	4,08	2,38	12,17	5,43	-8,09	-3,05
	ITATIAIUCU	2,70	1,79	4,17	2,00	-1,47	-0,21
	ITAUNA	4,38	2,58	17,71	3,18	-13,34	-0,60
	MOEDA	2,23	1,66	5,04	3,64	-2,81	-1,98
	PARA DE MINAS	4,84	2,32	5,10	3,31	-0,25	-0,99
	PRUDENTE DE MORAIS	2,89	1,99	4,65	3,31	-1,76	-1,32
	SANTA BARBARA	3,14	1,66	5,75	4,84	-2,62	-3,18
	SAO JOSE DA VARGINHA	2,36	1,47	6,75	3,97	-4,38	-2,50
	SETE LAGOAS	4,31	2,19	8,06	4,64	-3,74	-2,45

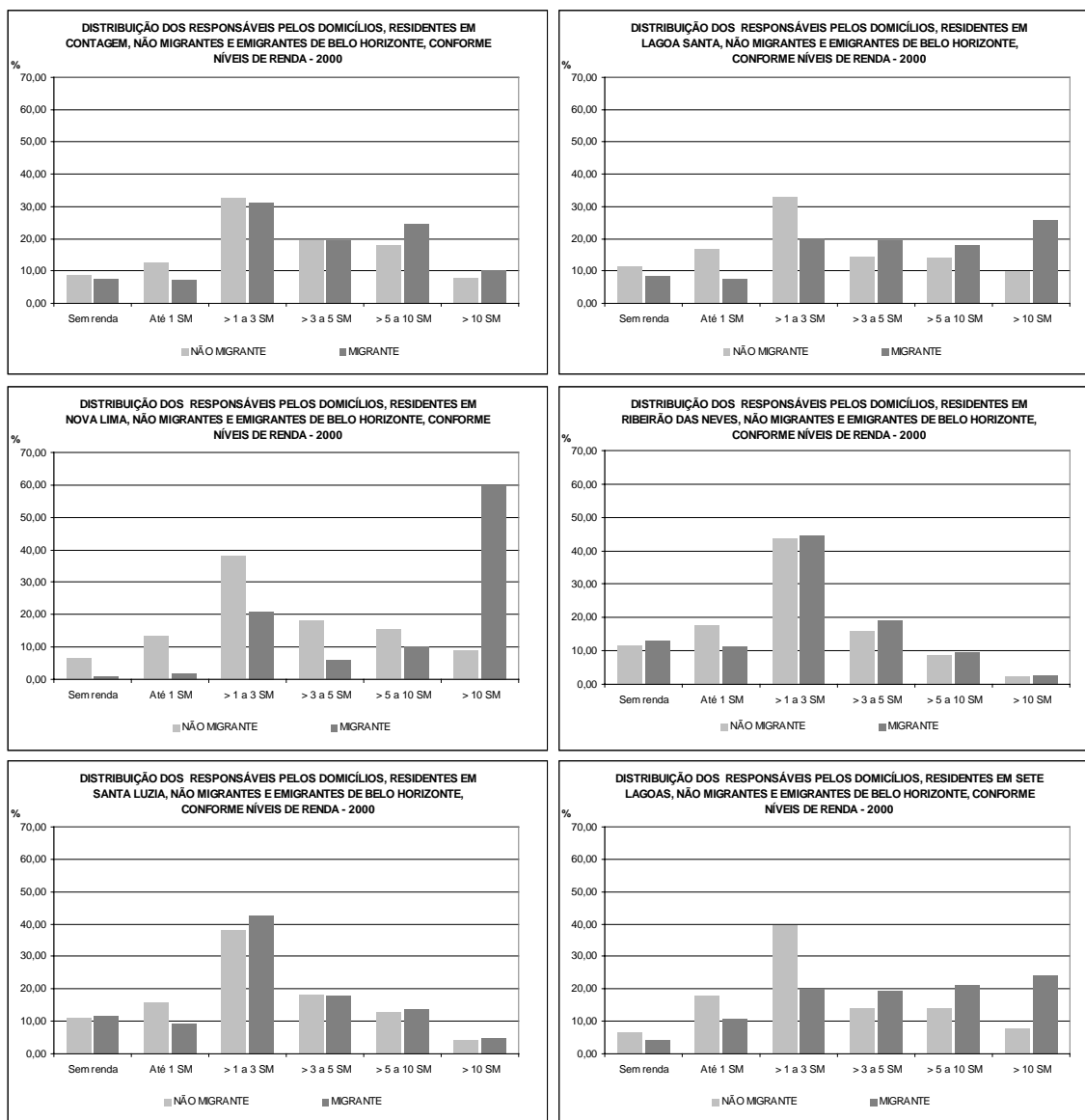
FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 2000 - IBGE (MICRODADOS DA AMOSTRA)

PRODUÇÃO: LESTE - LABORATÓRIO DE ESTUDOS TERRITORIAIS - IGC/UFMG / LEPQV - LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA - GEOGRAFIA E ANÁLISE AMBIENTAL DCBAS/UNI-BH

Quando comparados os percentuais de pobres e as respectivas proporções de indigentes e não indigentes dos municípios acima citados, há também equivalências nas características dos não-migrantes e dos emigrantes de Belo Horizonte (tabela 2). Para esses últimos, os percentuais de pobres variam de 8,53% em Contagem a 15,63% em Vespasiano. O município de Ribeirão das Neves representa o caso mais expressivo, em que 1.407 emigrantes de Belo Horizonte chefes de domicílios enquadram-se na categoria de pobres. Boa parte desse contingente, como pode ser observado no conjunto de gráficos abaixo, é formado por pessoas sem rendimento. Em Ribeirão das Neves, havia

1.182 emigrantes nessa condição. Contagem, Betim, Santa Luzia e Ibirité também exibiam um elevado número de emigrantes sem renda.

CONJUNTO DE GRÁFICOS



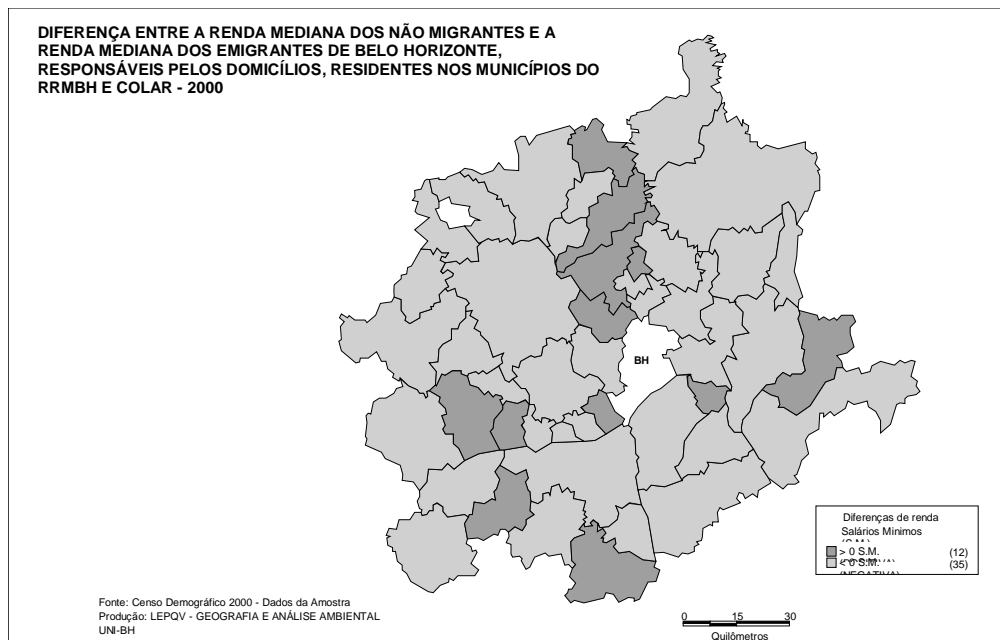
Fonte: Censo Demográfico 2000 - IBGE (microdados da amostra)

Produção: LESTE - laboratório de estudos territoriais - IGC/UFGM / LEPQV - laboratório de estudos de população e qualidade de vida - geografia e análise ambiental DCBAS/UNI-BH

De outro lado, como pode ser identificado no mapa 3, na maior parte dos municípios do RRMH e do Colar, a renda mediana dos emigrantes de Belo Horizonte é superior à dos não-migrantes. Em alguns desses municípios, esses diferenciais são bem expressivos. Para os casos de Nova Lima, Brumadinho e Lagoa Santa, na Região Metropolitana, Itabirito e Itaúna, no Colar Metropolitano, que também são importantes receptores de emigrantes de Belo Horizonte, as médias e medianas dos não-migrantes são bem inferiores às dos emigrantes. Em Nova Lima, por exemplo, como indicado na tabela 4, essa diferença a favor dos emigrantes alcança cerca de 17 salários mínimos

para as médias e 10 salários mínimos para as medianas. Esses diferenciais, muito provavelmente, podem estar relacionados à proliferação de assentamentos específicos, genericamente denominados “condomínios fechados”.

MAPA 3



O município de Nova Lima recebeu de Belo Horizonte 687 chefes de domicílios com mais de 10 salários mínimos de rendimento (esse número corresponde a mais de 60% dos emigrantes desse município no período analisado). Em menor escala, merecem ser citados os casos de Brumadinho e Lagoa Santa, que abrigaram, cada um, mais de 200 chefes de domicílios emigrantes com alto nível de renda. Ainda na Região Metropolitana, o município de Contagem recebeu mais de 3.500 chefes de domicílio procedentes de Belo Horizonte com rendimento superior a 5 s.m.. Desse total, 1.057 ostentavam rendimento superior a 10 s.m.. No Colar Metropolitano, onde os fluxos procedentes da capital são menos intensos, destacam-se os casos de Sete Lagoas e Itaúna, que receberam elevadas proporções de emigrantes de Belo Horizonte de alta renda. Em Sete Lagoas, por exemplo, 462 chefes pelos domicílios emigrantes recebiam mais de 5 s.m..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou mostrar que o aumento da imigração e da pobreza em periferias urbanas não possui nenhum automatismo relacional. Na verdade, há uma multiplicidade de situações que o analista deve atentar, inclusive aquelas onde os migrantes levam não a pobreza, mas novas oportunidades de emprego e renda às periferias metropolitanas.

Os dados mostraram que na RMBH há determinados subespaços periféricos onde a pobreza era e é de tipo endêmico, onde os migrantes recentes não discrepam significativamente dos não-migrantes, já que são todos pobres ou quase-pobres.

Há, entretanto, outras áreas da periferia metropolitana, onde a contribuição dos imigrantes soa relevante, notadamente se a procedência for de Belo Horizonte. Tudo indica que são famílias de renda média e alta que vêm participando do processo de desconcentração/dispersão populacional na busca de melhor qualidade de vida, e de fuga dos contrangimentos sócioespaciais da grande cidade. O mercado imobiliário, ao que parece, tem explorado essas questões, oferecendo alternativas de localização residencial que vão além dos condomínios fechados dirigidos especificamente aos segmentos de mais alta renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FARIA, Vilmar. *“Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos”*. In: SORJ, B., ALMEIDA, M. (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- MARTINE, G. et al. *“A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. In: PARA a década de 90; prioridades e perspectivas de políticas públicas”*. Brasília: IPEA/IPLAM, 1990.
- MARTINE, G. *“Adaptação de migrantes ou sobrevivência dos mais fortes?”* Brasília, PNUD, 1976. In: MOURA, A.M. ed., *Migração interna; textos selecionados*, Fortaleza, 1980.
- MATOS, R.E.S. *“Dinâmica migratória e desconcentração da população na macrorregião de Belo Horizonte”*. Belo Horizonte. CEDEPLAR (tese de doutorado), 1995.
- _____, Ralfo. *“Desconcentração espacial e processos de exclusão da população migrante em Belo Horizonte”*. Rio Claro, GEOGRAFIA, v. 21, n.1, p. 153-173, 1996.
- _____, Ralfo. *“A produção de periferias distantes e a dispersão dos emigrantes de Belo Horizonte”*. Belo Horizonte, ANUÁRIO DE BELO HORIZONTE, 2003, (no prelo).
- RICHARDSON, Harry W. *“Polarization reversal in developing countries”*. The Regional Science Association Papers, Los Angeles, v. 45, nov, 1980.